

Ajuste encontra ministério com R\$ 1 bi a menos

Mudança nos planos de saúde exigiria estrutura maior

• **BRASÍLIA.** Depois de enfrentar um corte de R\$ 1 bilhão no orçamento deste ano, o Ministério da Saúde foi pego de surpresa pelo novo ajuste anunciado pelo presidente. Para evitar prejuízos aos programas que precisam ser ampliados este ano, o secretário-executivo Barjas Negri explicou que a saída será fazer um remanejamento interno de verbas e cargos.

O Programa de Saúde da Família, por exemplo, que foi ampliado de 800 para 3.200 equipes, precisa urgentemente de funcionários qualificados para fazer a avaliação e a gestão das ações. Para estes funcionários, segundo Barjas, é necessário criar cargos em comissão. Com a meta do Governo de criar mais seis mil equipes até o fim do ano, a reestruturação administrativa é ainda mais iminente.

Saúde reduziu gastos em R\$ 371 milhões em 98

O ministério também planejava criar cargos em comissão para 60 médicos transferidos para o setor de acompanhamento dos planos de saúde. Com a mudança nas regras dos planos e seguros de saúde, existem cerca de oito mil contratos cujos preços e condições têm de ser analisados pelos técnicos. Como o ministério está tentando, inclusive, receber tarefas de acompanhamento econômico que hoje estão nas mãos da Superintendência de Seguros Privados (Susep), precisará de uma estrutura maior que a atual.

Barjas argumenta que a Saúde é um dos ministérios que mais contribuíram com a redução de despesas nos últimos três anos. Só com o corte de gastos com a compra de remédios, vacinas, serviços de informática e passagens, conseguiu reduzir R\$ 371 milhões em 98. Este dinheiro é suficiente para cobrir o gasto anual com o Programa de Saúde da Família.

Este ano, segundo Barjas, será possível economizar um pouco mais na compra de vacinas porque a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantã devem começar a produzir imunizantes contra o vírus *Hemophilus influenza*, hoje importados.

INSS fez o seu dever de casa, cortando 3 mil cargos

No INSS também haverá dificuldades para o ajuste. Há um mês, o presidente assinou o decreto de reestruturação do órgão, cortando cargos e reduzindo a um terço o número de superintendências. Dos 9.800 cargos de chefia, restaram 6.800. As 27 superintendências foram reduzidas a nove. Foram mantidas superintendências apenas em Minas, Rio, São Paulo, Bahia, Ceará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As antigas gerências de seguro social, arrecadação e fiscalização foram unificadas em gerências-executivas regionais, às quais ficaram vinculadas as novas agências de previdência. ■